

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pensadores que inventaram o Brasil



Copyright © 2013 by Fernando Henrique Cardoso

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Capa

Gustavo Soares

Preparação

Márcia Copola

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Ana Maria Barbosa

Carmen T. S. Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cardoso, Fernando Henrique

Pensadores que inventaram o Brasil / Fernando Henrique Cardoso. — 1^a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2013.

ISBN 978-85-359-2287-5

1. Brasil – História 2. Ensaios brasileiros 3. Escritores – Brasil 4. História política 5. História social 6. Intelectuais – Brasil 1. Título.

13-05402

CDD-320.981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Ensaios : Ciência política 320.981

[2013]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORASCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

APRESENTAÇÃO, 7

JOAQUIM NABUCO

Uma síntese, 17

Um olhar sul-americano, 24

Joaquim Nabuco democrata, 29

EUCLIDES DA CUNHA

Canudos: o outro Brasil, 65

PAULO PRADO

Fotógrafo amador, 73

GILBERTO FREYRE

Casa-grande & senzala, clássico, 79

Gilberto Freyre, perene, 91

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Brasil: as raízes e o futuro, 137

CAIO PRADO JR.

A história e seu sentido, 143

ANTONIO CANDIDO

Um ex-aluno, 151

A fome e a crença: sobre *Os parceiros do Rio Bonito*, 157

FLORESTAN FERNANDES

A paixão pelo saber, 175

Florestan, cientista, 185

Uma pesquisa impactante, 192

CELSO FURTADO

O descobrimento da economia, 207

A propósito de *Formação econômica do Brasil*, 212

RAYMUNDO FAORO

Um crítico do Estado: Raymundo Faoro, 227

EPÍLOGO

Livros que inventaram o Brasil, 263

Posfácio, José Murilo de Carvalho, 287

Notas, 301

Cronologia, 311

Créditos das imagens, 315

Índice remissivo, 317

JOAQUIM NABUCO

UM ESTADISTA DO IMPERIO

NABUCO DE ARAUJO

SUA VIDA

SUAS OPINIÕES, SUA ÉPOCA

POR SEU FILHO

JOAQUIM NABUCO

TOMO PRIMEIRO

1818-1857

RIO DE JANEIRO

H. GARNIER, LIVREIRO-EDITOR

71, RUA MOREIRA-CEZAR, 71

E

6 RUE DES SAINTS-PÈRES, 6

PARIS

Uma síntese*

Em breve resenha de *Um estadista do Império*, Machado de Assis se refere a José Tomás Nabuco de Araújo como um dos melhores representantes de seu tempo, e cuja trajetória deveria despertar um interesse permanente nas gerações futuras.

Se a afirmação de Machado faz justiça ao pai, o biografado, parece-me que se aplicaria ainda melhor ao filho, o biógrafo. Daria inclusive que Joaquim Nabuco, em suas diversas facetas, estava adiantado ao seu tempo, embora imerso nas causas e contradições da época.

Como *intelectual*, como *homem público* e como *diplomata*, Joaquim Nabuco se antecipou ao futuro, sem distanciar-se para tanto das exigências impostas pela transição agitada entre o Império e a República.

Não foram poucas as ocasiões em que me surpreendi a bus-

* Discurso do senhor presidente da República do Brasil na ocasião da cerimônia comemorativa do sesquicentenário do nascimento de Joaquim Nabuco, em 1999.

car Nabuco como referência. A primeira foi durante meus estudos de doutorado na Universidade de São Paulo. Sob a orientação amiga de Florestan Fernandes, me aventurei na investigação da sociedade escravagista, seus fundamentos e limites. Selecionei como campo de pesquisa o Brasil meridional, com a expectativa de extrair da análise de uma região periférica conclusões que informassem sobre o modelo agrário-exportador no seu conjunto.

Observando retrospectivamente os resultados do meu estudo, vejo que Joaquim Nabuco está presente desde as premissas até a conclusão da tese, que se transformou no livro *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*.

Escolhi como epígrafe um trecho de “O mandato da raça negra”, no qual Nabuco questiona a antinomia que supostamente existiria entre os polos da sociedade escravagista: “dois tipos contrários, e no fundo os mesmos: o escravo e o senhor”. Não foi gratuita a minha escolha. Com seu estilo primoroso, cheio de energia utilizada pelo artista para refugiar-se no narrador, Joaquim Nabuco me sugeriu a ideia que se revelaria essencial para a percepção dos limites do sistema escravagista.

Sob sua inspiração, percebi que a oposição entre senhor e escravo se atenuava ao comprovar que ambos eram produtos, embora em posições assimétricas, de uma mesma ordem. Ordem que se prolongou no tempo, com o braço servil impulsionando os lucros do capitalismo mercantil, mas que estava predestinada ao esgotamento. Não podia deixar de prevalecer a contradição intrínseca entre o capitalismo e a escravidão, dado que os escravos não tinham a possibilidade de reconstruir a estrutura social de acordo com seus próprios interesses, como os proletários, e que o incremento contínuo da produtividade era impedido pela mão de obra escrava.

Voltei a ficar em dívida com Joaquim Nabuco no capítulo final da tese, ao confirmar o que ele havia previsto de forma exaus-

tiva em *O abolicionismo*. Refiro-me à conclusão de que a Abolição, ao não ter vindo acompanhada de medidas que indicassem a responsabilidade social dos brancos pela situação degradada dos negros, não trouxe consigo a democratização da ordem social. Desprovidos dos recursos mínimos para o exercício da cidadania, os negros passaram de cativos a excluídos, sem oportunidades reais de uma inserção positiva no processo produtivo.

Para Nabuco — cabe sempre recordar —, a escravidão contaminava os mais diversos campos da vida nacional, desvalorizando o trabalho, viciando a instrução, comprometendo a indústria, minando o Estado, alimentando o patrimonialismo, sacrificando o pluralismo, sufocando a cidadania. A escravidão era para ele a condição sociológica que explicaria de maneira cabal o atraso brasileiro.

Para combater de forma definitiva um problema tão arraigado, não bastaria a letra da lei, advertia Nabuco. Insistia na necessidade de complementar a Abolição com amplas reformas sociais e políticas, que incluíssem a democratização da estrutura agrária, a educação universal, a proteção do trabalho, uma previdência social operante, a federação. Preconizava reiteradamente que “não basta acabar com a escravidão: é preciso destruir a obra da escravidão”.

Por mais grave que fosse seu diagnóstico, Nabuco não previa rupturas dramáticas. Conhecia bem o sistema de poder vigente para saber que a emancipação dos negros, para ser duradoura, tinha que ser exaustivamente negociada. Era-lhe suficientemente familiar o hiato existente entre o Estado e a incipiente sociedade civil para apostar numa capitulação forçada dos redutos escravagistas. “É no parlamento e não nas fazendas nos quilombos¹ do interior onde se há de ganhar, ou perder, a causa do abolicionismo”, previa em *O abolicionismo*.

Seu realismo não o tornava céitico ou condescendente com

a política menor. Pelo contrário. Como tive a oportunidade de expressá-lo três anos atrás, na inauguração da Cátedra Joaquim Nabuco na Universidade Stanford — onde, cabe dizer, esteve como investigador outro grande intérprete do Brasil, discípulo de Nabuco na leitura da confluência das raças, o também pernambucano Gilberto Freyre —, Nabuco fez, com singular propriedade, o elogio da política, a apologia daquilo que chamava de *Política com P maiúsculo*, política que é história.

Sustentava que a ação política não deveria prescindir jamais da reflexão, da análise prévia e cuidadosa dos fatos. Fez dessa convicção um ritual em sua vida pública. Derrotado nas eleições parlamentares de 1881, retirou-se em Londres, na Biblioteca do Museu Britânico, para pôr as ideias em ordem, antes de converter-se, a partir de 1884, no mais importante ator da luta pela Abolição. *O abolicionismo* foi o resultado dessa pausa londrina.

Embora reclamasse afinidade entre o pensamento e a ação pública, Nabuco não se deixava seduzir pelo discurso da primazia absoluta e incondicional da razão de Estado. Nem tudo que parecia benéfico à glória do Estado contava com sua anuência. Preocupava-se antes com os valores. Respeitava a tradição quanto fosse submetida à justiça. Daí sua desconfiança da república, que via como uma presa fácil das tiranias, ou uma aventura desnecessária, de pouco interesse para o progresso social. Costumava dizer que “a grande questão da democracia brasileira não é a monarquia (ou sua superação), é a escravidão”.

A opção monárquica de Nabuco não o fazia menos crítico do rumo que tomava a condição imperial. Referia-se com apreensão ao que poderia caracterizar-se como patrimonialização crescente do Estado brasileiro. Prisioneiro, cada vez em maior medida, de interesses triviais, autorizando gastos a todos os egressos da imensa família rural, o Estado perdia a capacidade de discernir o interesse geral, de atender necessidades estratégicas. Apegados

como estavam ao patrimonialismo, os partidos se haviam tornado, como o dizia Nabuco, “apenas sociedades cooperativas de emprego ou de seguro contra a miséria”. Corria-se o risco de que, quando finalmente fossem adotados o abolicionismo e as reformas, seu nascimento fosse tardio, se não póstumo.

Não é necessário insistir sobre a atualidade de Nabuco, de suas advertências contra a dilapidação do Estado, de seu chamado para a transformação social, de seu apreço pela política de maior alcance, de sua índole democrática. Que melhor tributo prestar-se hoje em dia a esse grande brasileiro senão continuar apostando no método democrático para a superação dos nossos estigmas sociais? Nada se contrapõe mais ao legado de Nabuco do que deixar que a intransigência prevaleça sobre o diálogo e aceitar que as paixões, por legítimas que sejam, sufoquem o respeito à diferença. Tomara saibamos seguir fazendo da reconciliação democrática a melhor arma contra a pobreza, contra a imperdoável indigência material em que continuam vivendo milhões de brasileiros.

Em relação a Nabuco diplomata, são vários os momentos de sua experiência que, sem dúvida, merecem nossa atenção: os anos em que atuou como assessor diplomático nos Estados Unidos e na Inglaterra, que tanto influíram sobre sua sensibilidade política; o acompanhamento da disputa fronteiriça com a Guiana Inglesa; a condição de ministro-chefe da delegação brasileira em Londres; a direção da embaixada em Washington; a defesa do pan-americanismo.

Entretanto, prefiro deter-me num aspecto menos reconhecido de sua obra, de natureza mais conceitual. Tenho em mente a leitura que Nabuco fez em *O abolicionismo* da posição adotada pelo Império sobre o tráfico de escravos até 1850. Leitura que me parece de interesse imediato para o debate atual sobre os limites da soberania, que antecipava questões relevantes para a proteção

internacional dos direitos humanos e que, certamente, projetava Nabuco mais além de sua época. Ele defende com veemência o uso do princípio da soberania (ou da dignidade nacional) na proibição desse tráfico. Expõe os argumentos como se já estivessem maduros. Insiste na premissa de que a soberania nacional de qualquer Estado que seja tem limites que devem ser submetidos a maiores considerações.

Acrescenta que essas considerações maiores, que chama de leis morais, têm como fonte de legitimidade a consciência internacional, a humanidade. Aceita, mais ainda, até recomenda, que a violação dos limites da soberania seja objeto de sanção. Sugere, por fim, que compete aos dirigentes velar para que o interesse nacional não entre em conflito com o bem-estar e a segurança dos demais povos. Nisso residiria para Nabuco o verdadeiro patriotismo.

Sabemos que, atualizados à linguagem de hoje, os preceitos enunciados por Nabuco ainda encontram resistência. Incomodam aqueles que desejam fazer da soberania uma garantia da impunidade, um amparo que autoriza o desrespeito dos direitos básicos da pessoa humana, a degradação do meio ambiente, a deterioração da imagem externa do país. Se até hoje encontramos apóstolos da barbárie, podemos imaginar a oposição encontrada por Nabuco no momento em que se consolidava o Estado-nação. Também ousada foi sua leitura da inserção do Brasil no mundo.

O patriotismo, segundo Nabuco, viria posteriormente, já no século XX, a sofrer interpretações de outra natureza, mais refinada. Penso na crítica de Mário de Andrade. Mário costumava contrapor seu nacionalismo ao cosmopolitismo de Nabuco. Empenhado em “brasileirar o Brasil”, o modernista, em reiteradas ocasiões, ironizou a falta que Nabuco sentia dos cais do Sena em plena Quinta da Boa Vista. As raízes do Brasil não estariam no “mal de Nabuco” senão no foco da infecção mazomba,² dizia Mário.

Parece-me que os novos tempos favorecem mais Joaquim Nabuco do que Mário de Andrade. A intensificação do diálogo entre as culturas nos fez perceber a relevância da dupla inserção histórica brasileira, de que tanto fala Nabuco em *Minha formação*. Pertenceríamos à América pelo “sedimento novo do seu espírito”, mais afeito ao coração, e à Europa, por seus “estamentos estratificados”, mais acostumados à razão, ao espírito. Daí a “dupla ausência” que constituiria nossa identidade, uma identidade ambivalente, que de um lado do mar sentiria a ausência do mundo e, do outro, a ausência do país.

Hoje, às vésperas dos quinhentos anos e após os valiosos aportes culturais do exterior que recebemos durante o século xx, inclusive da Ásia, Nabuco talvez preferisse falar da múltipla ausência do brasileiro. Uma ausência que logo se converte num triunfo para a afirmação de nossa presença no mundo, para facilitar o diálogo com os mais diversos povos de todas as regiões do globo terrestre. Um diálogo em que contribuímos não somente com os valores da cordialidade, mas com tudo aquilo que soubermos tomar e processar com a força do nosso talento, o que Mário de Andrade, antropofágico,³ certamente corroboraria, com o aplauso de Nabuco.

Um olhar sul-americano*

Como livro de história política, *Balmaceda*¹ transcende a época em que foi escrito e, sobretudo, o país e o personagem examinado. Foi publicado em 1895 quando foi reunida a série de artigos que Joaquim Nabuco havia publicado no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro nos primeiros meses daquele ano. Um postscriptum intitulado “A questão da América Latina” completou a coleção.

O intelectual, político e diplomata brasileiro abordava um dos períodos mais agitados da história chilena — a presidência de José Manuel Balmaceda (1886-91) e seus conflitos com o Congresso —, que terminou com a instalação de uma ditadura, a explosão de uma guerra civil, tragédia que culminou no suicídio do mandatário asilado na missão argentina em Santiago.

Nabuco deteve-se nesses episódios ao fazer a resenha da obra

* “Prefácio”. In: Joaquim Nabuco, 1849-1910, *Balmaceda*. Santiago do Chile: Editorial Universitaria, 2000, pp. 9-12.

de Julio Bafiados Espinosa, colaborador direto de Balmaceda, que o encarregara da missão de deixar a “verdadeira história” do seu governo para a posteridade. A riqueza da análise é uma das qualidades reconhecidas no estudo de Nabuco na medida em que expôs os aspectos fundamentais de sua visão política e tirou conclusões diametralmente opostas àquelas do autor chileno tolhido pela parcialidade. Deixou entrever sua paixão pelo Parlamento, sua aversão à autoridade ditatorial ou caudilhesca e, principalmente, a percepção dos desafios e das incertezas que, naquela época, atormentavam as nações americanas, entre elas o próprio Brasil, que vivia os primeiros passos do regime republicano. Essa mesma consciência de Nabuco o fez dedicar-se, posteriormente, a outra série de ensaios políticos — desta vez sobre uma grave crise que marcou o início da República brasileira — que se transformou no livro *A intervenção estrangeira durante a Revolta de 1893*.

O Chile era um país que havia gozado, no século XIX, um longo período de estabilidade e, por isso, representava para muitos a esperança de que o sistema republicano poderia prosperar no Brasil. Com suas convicções monarquistas e liberais, Nabuco preocupava-se com a possibilidade de que, com a chegada da República, o Brasil ficasse associado ao quadro de convulsões políticas nas quais se debatia a região. Aliás, no epílogo de *Balmaceda*, ele observou que o país vizinho, com seu regime de liberdade e de transmissão ordenada de governo, constituía uma “exceção que podia ser considerada um capricho de ordem moral na formação da América do Sul”. A ruptura do processo chileno causava grande inquietude a seu espírito americanista e, por isso, saudou a Revolução de 1891 como a confirmação do “bem que a forma republicana fez ao Chile” e que “serviu, como a Guerra de Secesão nos Estados Unidos, não apenas para revelar ao mundo o vigor dos fundamentos [...] do seu edifício nacional, mas mais ainda para cimentá-lo novamente”.

Os estudiosos de Nabuco identificam em *Balmaceda* o momento em que os assuntos do continente passam a estimular o militante político já, naquele momento, absorvido pelos ecos da causa abolicionista.

Havia regressado do seu exílio europeu e começava a escrever a biografia do seu pai, *Um estadista do Império*, e esta, sua obra mais importante, foi elaborada no mesmo tempo em que se dedicava ao estudo da crise chilena. Na verdade, o próprio Nabuco reconheceu no seu postscriptum que a Proclamação da República no Brasil havia provocado o aumento do interesse que, já antes, lhe inspiravam os “assuntos sul-americanos”. Desde então “começamos a formar parte de um sistema político mais vasto”. Por isso insistia na necessidade do observador brasileiro de “estudar a marcha do continente, auscultar o murmúrio, a pulsação continental”. A pesquisa minuciosa que fez sobre a revolução chilena fez parte desse trabalho de observação da política hemisférica e seria posteriormente enriquecida pela contribuição de Nabuco ao debate das ideias em torno do pan-americanismo.

O que Nabuco denominou a “questão da América Latina” refletia apenas a importância da região como foco de atenção prioritária e permanente da diplomacia brasileira. Havia sido assim durante o Império e o seria mais ainda durante a República, sobretudo depois da resolução definitiva das disputas fronteiriças com alguns vizinhos, gestão conduzida pelo barão do Rio Branco com a contribuição de Nabuco na questão específica do litígio com a Grã-Bretanha em torno da Guiana Inglesa. O enriquecimento mútuo das experiências nacionais, a influência recíproca entre as conjunturas dos diferentes países, a proximidade dos interesses, marcariam cada vez mais a história das relações do Brasil com os seus vizinhos, propiciando formas crescentemente aperfeiçoadas de diálogo e cooperação. A Conferência Pan-Americana de 1906, realizada no Rio de Janeiro, presidida por Nabu-

co, foi o marco desse processo e, inclusive, estabeleceu as bases de uma convivência mais próxima com os Estados Unidos.

As reflexões de Nabuco sobre o drama político-institucional vivido pelo Chile de Balmaceda constituem uma referência para a compreensão das diferentes facetas da evolução do panorama geral da América Latina durante o século xx. Muitos dos fenômenos examinados — fragmentação do sistema partidário, estrutura oligárquica do poder, militarismo, populismo — são comuns aos diferentes ciclos de instabilidade pelos quais passaram os países da região, até que a democracia se fixasse com raízes sólidas. Por outro lado, alguns dos temas evocados por Nabuco, além de aludir a experiências suscetíveis de comparação com outras da região, nunca perderam atualidade. (Qual dos líderes políticos, dos presidentes de hoje em dia não concordaria com a afirmação de que o “valor dos chefes de Estado sul-americanos tem que ser julgado pelo resultado de sua administração”?)²

Ninguém que tenha que lidar com o desafio de governar, sobretudo sociedades tão complexas e injustas quanto as nossas, deixaria de reconhecer que o papel dos chefes de Estado não pode se restringir às boas intenções, aos atos de vontade, aos compromissos, os quais devem materializar-se em ações efetivas, em mudanças e realizações.

Com sua aguda percepção da história política do continente, Nabuco sabia do alcance desse desafio que, no juízo crítico de Balmaceda, não vacilou em generalizar: o valor dos chefes de Estado sul-americanos não deve somente traduzir-se pela sua tenacidade — “em tenacidade, quem se compara com López?” — nem por seu orgulho patriótico — “em patriotismo agressivo, quem se compara com Rosas?” — e nem sequer pela sua honestidade — “em honestidade, quem supera a França?”. Para julgá-los, dizia finalmente: “é preciso comparar o estado em que receberam o país e o estado em que o deixaram, o inventário nacional ao entrar

e ao sair”³. A essa formulação singela, cabe agregar: não constituiria o eixo fundamental dos processos democráticos? Quantas situações não terão ocorrido na América Latina em que ao desvirtuar a natureza das funções do homem de Estado sucederam experiências políticas igualmente penosas?

Analista sutil, com seu domínio das ciências políticas e sociais, Nabuco suscita este e outro tipo de reflexão, e é por isso que se pode caracterizar sua obra sobre Balmaceda como um trabalho de interesse permanente.

Pelos laços antigos e profundos que tenho com o Chile, e como homenagem a esse país — que soube, do mesmo modo que o Brasil, atravessar os momentos de escuridão de sua história e hoje avança confiante em regime democrático —, deu-me muito prazer a oportunidade, por iniciativa da embaixada do Brasil em Santiago, de prefaciar com esses breves comentários a reedição em espanhol desta significativa obra de Joaquim Nabuco.